



---

EDITAL nº. 061/2015

---

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA  
PREENCHIMENTO DE VAGA(S) DE PROFESSOR DA  
CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR  
INTEGRANTE DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS  
DE MAGISTÉRIO FEDERAL.**

O Pró – Reitor de Recursos Humanos, em exercício, da Universidade Federal de Uberlândia, no uso de suas atribuições e considerando a delegação de competência que lhe foi outorgada por meio da Portaria/R/UFU/nº. 360, de 08/02/2013, do Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, publicada no Jornal de portarias da UFU Nº 294 em 10/05/2013; e tendo em vista o que estabelecem a Lei nº. 8.112, de 11/12/1990, a Lei 12.772 de 28/12/2012, a Lei 12.863 publicada no D.O.U. em 25/09/2013, bem como o Decreto 6.944 de 21/08/2009 publicado no D.O.U em 24/08/2009, e o Estatuto e o Regimento Geral da UFU, e demais legislação pertinente e complementar; considerando os termos da Resolução do Conselho Diretor nº. 08/2007, alterada pela Resolução nº. 06/2009 e pela Resolução nº 03/2013; considerando o disposto no Decreto nº. 7.485 de 18/05/2011; alterado pelo Decreto nº. 8.259 de 29/05/2014, a Portaria/R/UFU/nº. 1863, de 29/11/2012 e, ainda, tendo em vista as disposições da Portaria Interministerial MPOG/MEC nº. 111, de 03/04/2014, torna público que será realizado Concurso Público de Provas e Títulos, para o cargo de Professor da Carreira de Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal da Universidade Federal de Uberlândia, **para a Faculdade de Direito (FADIR), no Campus Santa Mônica, em Uberlândia/MG**, mediante as normas contidas neste Edital.

## **1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1** – O concurso visa ao preenchimento de vaga(s) destinada(s) ao **a Faculdade de Direito (FADIR), no Campus Santa Mônica, em Uberlândia/MG**, pelos candidatos nele habilitados e aprovados e considerados apta em exame de saúde obedecida a ordem de classificação.

**1.2** – Se porventura durante a validade deste concurso ocorrer a vacância de cargo de professor na **FADIR**, na mesma área e qualificação mínima exigidas ou a distribuição pelo Conselho da Unidade de novo cargo de professor para a mesma área e qualificação mínima exigidas, o seu preenchimento, em qualquer das situações, ocorrerá de acordo com a ordem de classificação, podendo, inclusive, o candidato ser nomeado e lotado para trabalhar nos Campi de Uberlândia, ou Ituiutaba ou Monte Carmelo ou Patos de Minas, conforme dispuser a portaria de nomeação, observando o interesse da Universidade.

## **2 - DO REGIME JURÍDICO/REGIME DE TRABALHO/ATRIBUIÇÕES DO CARGO**

**2.1** – O regime jurídico será o da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**2.1.1** - O regime de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, **em tempo integral, com dedicação exclusiva** às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, observado o que dispõe o artigo 21 da Lei 12.772/2012.

**2.1.2** – É vedada a mudança de regime de trabalho aos docentes em estágio probatório.

**2.2** - São atribuições do cargo de professor as atividades de Ensino, de Pesquisa, de Extensão e gestão institucional, além daquelas previstas em legislação específica, constantes de planos de trabalho e de programas elaborados pelas Unidades Acadêmicas; ou de atos emanados de órgãos ou autoridades competentes e demais disposições do artigo 173 do Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia, e outras obrigações decorrentes da legislação federal ou da legislação interna da Instituição.



**EDITAL nº. 061/2015**

**2.2.1** - No exercício de suas atribuições o professor incumbir-se-á de:

- I. Participar da elaboração da proposta pedagógica de sua Unidade Acadêmica;
- II. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua Unidade Acadêmica;
- III. Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV. Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V. Ministras, com frequência obrigatória, as aulas que lhe forem designadas pela sua Unidade, nos dias letivos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, da Unidade Acadêmica;
- VI. Colaborar com as atividades de articulação da UFU com a comunidade; e,
- VII. Realizar atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além daquelas previstas em legislação específica constantes de planos de trabalho e de programas elaborados pela Unidade Acadêmica.

**3 - DA ESPECIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO**

Área/Subárea	Nº de vagas	Qualificação Mínima Exigida	Regime de Trabalho
Área: Direito Subárea: Direito Constitucional	01	Doutorado em Direito	Dedicação Exclusiva

**3.1 - Disciplinas a serem ministradas:** Disciplinas da Teoria da Constituição, Teoria do Estado e da Democracia, Organização do Estado e dos Poderes, Jurisdição Constitucional, Ações Constitucionais, Direitos Humanos e demais disciplinas da área de Direito Constitucional e **quaisquer outras disciplinas determinadas pela FADIR.**

**4 - REMUNERAÇÕES DO CARGO**

**4.1** – Ao candidato aprovado e investido no cargo de **Professor**, conforme denominação a seguir, fica assegurada a remuneração estruturada conforme o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal com a seguinte composição: Vencimento Básico(VB) mais Retribuição por Titulação(RT) conforme mostra a tabela abaixo, nos termos do Anexo III da Lei 12.772/2012, e ainda o Auxílio Alimentação no valor de R\$373,00.

Denominação	Titulação	VB	RT	Total
Assistente A	Mestrado	R\$ 4.014,00	R\$ 1.931,98	R\$ 5.945,98
Adjunto A	Doutorado		R\$ 4.625,50	R\$ 8.639,50

**5 - DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS**

**5.1** – A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, e o comprovante de inscrição deverá ser mantido com o candidato, pois poderá lhe ser solicitado pela DIRPS.

**5.2** – As inscrições devem ser realizadas, exclusivamente *on line*, pelo endereço eletrônico <http://www.portal.prograd.ufu.br/>, iniciando-se às 00h do dia 23 de setembro de 2015 e encerram-se às 23h59min do dia 07 de outubro de 2015. Informações sobre as inscrições na FADIR pelo telefone (34) 3239-4226 ou E-mail [secretaria@fadir.ufu.br](mailto:secretaria@fadir.ufu.br); ou na DIRPS pelo telefone: (34) 3239-4127/4128 ou Email: [atende.dirps@prograd.ufu.br](mailto:atende.dirps@prograd.ufu.br). Horário de Atendimento na DIRPS: 8h às 17h.



---

EDITAL nº. 061/2015

---

**5.2.1** - A Universidade Federal de Uberlândia não se responsabilizará por inscrição não recebida por motivos de natureza técnica associados a computadores, a falhas de comunicação, a congestionamento de linhas de comunicação e a quaisquer outros motivos de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados para consolidação da inscrição.

**5.2.2** – O valor da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do concurso público por conveniência ou interesse da Universidade.

**5.2.3** – Encerradas as inscrições e não havendo candidatos com a titulação mínima exigida nesse edital, **em número igual ou superior ao número de vagas, serão prorrogadas, de imediato, via on line, as inscrições por mais 10 (dez) dias corridos, alterando a qualificação mínima exigida para: Mestrado em Direito.**

**5.2.4** - No caso das inscrições serem prorrogadas, será divulgada a data de início e fim, bem como os horários no site da DIRPS, UFU e da Unidade Acadêmica responsável pelo concurso, junto ao referido edital.

**5.3** – O candidato deverá preencher no ato da inscrição os formulários disponíveis no link de inscrição do Concurso acessado pelo site <http://www.portal.prograd.ufu.br/>, de modo que nele constem informações exatas e verídicas, sob pena de cancelamento da inscrição.

**5.3.1** - O valor da inscrição será de R\$ 60,00 (sessenta reais) para todos os candidatos e o pagamento deverá ser efetuado, por meio de boleto gerado no sistema de inscrição, na rede bancária. **O pagamento do boleto deverá ser efetuado até o dia posterior ao término do período de inscrição.** A confirmação do pagamento da taxa de inscrição será disponibilizada no sistema de inscrição em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de pagamento do boleto.

**5.3.2** - O candidato deverá acessar o endereço eletrônico, <http://www.portal.prograd.ufu.br/>, conferir os dados da inscrição e se o pagamento da taxa de inscrição está confirmado.

**5.3.3** - Não será aceita em hipótese alguma inscrição condicionada;

**5.3.4** - Os programas, a sistemática do concurso, o edital completo e demais instruções complementares estarão à disposição dos interessados na secretaria da FADIR, no site de internet oficial da UFU ([www.ufu.br](http://www.ufu.br)), e no site da Faculdade de Direito ([www.fadir.ufu.br](http://www.fadir.ufu.br)), **até a data de início das inscrições.**

**5.3.5** – **A partir da publicação do edital até a data de início das inscrições,** estarão disponíveis no site de comunicação oficial da UFU e no site da Unidade Acadêmica responsável pelo desenvolvimento do concurso as seguintes **informações complementares:**

- a) As áreas de concentração para as quais serão destinadas as vagas de professor;
- b) Referências bibliográficas completas;
- c) Os critérios e a forma como se dará a correção das provas escrita, didática, práticas e de título, quando for o caso, com esclarecimentos claros e objetivos dos pontos sobre os quais os candidatos serão avaliados;
- d) Os critérios de julgamento e classificação, a média para aprovação, a forma de apuração das notas, a média final de classificação e os critérios de desempate;
- e) O peso de cada uma das provas e a forma de classificação e eliminação em cada etapa, no caso da realização do certame em mais de uma etapa;
- f) A definição clara e objetiva da valoração dos títulos, estabelecendo o valor unitário da pontuação de cada um e a pontuação máxima por categoria de titulação;
- g) As atividades didáticas e/ou profissionais e a produção científicas e/ou artísticas, que serão consideradas e a pontuação correspondente a cada item.

**5.4** – Os graus obtidos no exterior deverão atender ao disposto nos parágrafos 2º e 3º do art. 48 da Lei nº. 9.394/96.



---

**EDITAL nº. 061/2015**

---

**5.5** - A Unidade Acadêmica divulgará, em **até dez dias após o encerramento das inscrições**, no *site* de Internet oficial da UFU ([www.ufu.br](http://www.ufu.br)), e no site da FADIR ([www.fadir.ufu.br](http://www.fadir.ufu.br)), o resultado do **deferimento da inscrição, bem como as datas, locais e horários em que deverão ocorrer as provas, e da entrega dos títulos**, que compreenderão uma via do *Curriculum lattes*, abrangendo títulos acadêmicos, atividades didáticas, atividades científicas, profissionais e/ou artísticas, acompanhado dos documentos comprobatórios, tais como certificados, diplomas, entre outros; observando o período mínimo de **30 (trinta) dias entre o fim do 1º período das inscrições e o início da primeira prova**.

**5.5.1** – A DIRPS enviará para a Unidade acadêmica a **lista de inscrições para deferimento** em até 03 (três) dias úteis após o encerramento das inscrições.

**5.5.2** – Do indeferimento da inscrição caberá recurso, à DIRPS, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da divulgação.

**5.6** – Poderá haver isenção da taxa de inscrição para o candidato que preencher os requisitos exigidos pelo Decreto nº. 6.593, de 02 de outubro de 2008.

**5.6.1** - A isenção deverá ser solicitada em até 05 dias uteis, antes do início das inscrições mediante requerimento do candidato, disponível no portal eletrônico [www.ingresso.ufu.br/isencao](http://www.ingresso.ufu.br/isencao), com indicação no requerimento do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico.

**5.6.2** - O deferimento ou indeferimento do pedido de isenção será divulgado no endereço eletrônico: [www.ingresso.ufu.br/isencao](http://www.ingresso.ufu.br/isencao) **no primeiro dia útil antecedente ao início das inscrições, a partir das 17 horas.**

**5.6.3** - Não caberá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

**5.6.4** - Caberá aos candidatos realizar consulta ao referido endereço eletrônico, para verificar a sua situação com relação à isenção da taxa de inscrição.

**5.7** - O candidato com necessidades especiais poderá ser atendido em setores destinados a este fim no Campus Santa Mônica, devendo informar o tipo de necessidade no ato da inscrição.

**5.7.1** - O candidato deverá preencher e encaminhar à UFU durante o período de inscrição, Relatório Médico atualizado, datado, assinado e carimbado pelo médico e o requerimento de solicitação de atendimento especial para realização das provas, disponibilizado no link ([www.fadir.ufu.br](http://www.fadir.ufu.br)).

**5.7.2** - Nesse requerimento, deverão ser especificadas e indicadas as condições necessárias para a realização das provas. Na ausência do relatório ou do requerimento, o candidato não terá assegurado o atendimento requerido. O relatório e o requerimento poderão ser entregues pelo candidato ou seu procurador na Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS), bloco 1A, sala 111, Campus Santa Mônica, ou enviados por fax para o número (34) 3239-4400, ou por SEDEX.

**5.7.3** - O candidato que necessitar de atendimento especial poderá solicitar:

- a) Provas ampliadas com fonte Arial 18;
- b) Auxílio ledor;
- c) Intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para sanar eventuais dúvidas ou fornecer informações sobre o Concurso Público durante a aplicação da prova, sempre que solicitado pelo candidato surdo ou com deficiência auditiva.

**5.7.4** - As solicitações de que trata o item **5.7 e 5.8**, ou qualquer outro tipo de solicitação de atendimento especial, deverão ser indicadas no formulário de inscrição, nos campos apropriados.

**5.7.5** - A UFU divulgará o resultado da solicitação dos candidatos com Necessidades Especiais, no ato da confirmação da inscrição, ou seja, **no deferimento das inscrições**.

**5.7.6** - A UFU não se responsabilizará por qualquer tipo de deslocamento do candidato com necessidades especiais.



**EDITAL nº. 061/2015**

**5.8** - A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá encaminhar à DIRPS, cópia da certidão de nascimento da criança, **durante o período de inscrição e deverá levar, no dia da prova, um acompanhante**, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

**5.8.1** - A candidata que não levar acompanhante não poderá se ausentar para amamentar. A UFU não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.

**5.8.2** - A candidata que tiver necessidade de amamentar poderá solicitar ampliação do tempo de realização das provas em até 01 (uma) hora, conforme o tempo da amamentação.

**6 – DAS PROVAS E TÍTULOS**

**6.1** - O Concurso Público de Provas e Títulos será realizado em 02 (duas) etapas e serão realizadas as seguintes avaliações:

**6.1.1 - Primeira etapa:** prova escrita, valendo 100 pontos, de caráter classificatório e eliminatório.

**6.1.2 - Segunda etapa:**

a) Prova didática, valendo 100 pontos, de caráter classificatório;

b) Apreciação de títulos, valendo 100 pontos, de caráter classificatório;

**6.2** – A (s) questão (ões) e/ou o (s) tema (s) da prova escrita será (ão) selecionado (s) por sorteio a partir de uma lista elaborada pela Comissão Julgadora, abrangendo assuntos do programa adequado a esse tipo de prova.

**6.2.1** - Depois de sorteadas a (s) questão (ões) e/ou o (s) tema (s) e antes de iniciar a prova escrita, haverá um intervalo de **(02) duas horas, sendo que o candidato deverá estar presente em sala na hora marcada para iniciar a prova escrita.**

**6.2.2** - Durante a realização da prova escrita **não será permitido nenhum tipo de consulta e uso de aparelho eletrônico ou similares. O candidato que for flagrado consultando e/ou utilizando aparelho eletrônico ou similares será automaticamente desclassificado do concurso.**

**6.2.3** - A prova escrita terá duração de quatro horas.

**6.2.4** – A prova escrita não poderá conter qualquer menção a nome ou outra forma de identificação nominal, de forma a garantir que os candidatos não possam ser identificados pela Comissão Julgadora quando de sua correção. **Se houver qualquer forma de identificação do candidato na prova, ele será automaticamente desclassificado do concurso.**

**6.2.5** - A Prova escrita, valendo 100 pontos, será avaliada seguindo os seguintes critérios:

<b>TABELA DE PONTUAÇÃO PARA A PROVA ESCRITA</b>		
<b>ITEM</b>	<b>CRITÉRIO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
1	Pertinência temática e abordagem teórico-conceitual	40,0
2	Habilidade na expressão escrita e domínio aos padrões da língua culta	15,0
3	Capacidade de organização e planejamento	15,0
4	Articulação, clareza e coerência de ideias no desenvolvimento do tema	15,0
5	Adequação do tema ao nível proposto	10,0
6	Adequação da bibliografia utilizada	5,0
	Total de pontos	100,0

**6.3** - A prova didática consistirá na apresentação oral, observada a ordem de inscrição, de um tema sorteado com, **no mínimo, vinte e quatro horas e no máximo trinta e seis horas** de antecedência, abrangendo assuntos do programa.





**EDITAL nº. 061/2015**

**6.3.1** – A prova didática, cuja assistência é vedada aos demais candidatos, **será realizada em sessão pública** e terá duração **mínima de quarenta e máxima de cinquenta minutos**, podendo haver um acréscimo de até vinte minutos para arguição do candidato pela Comissão Julgadora. As provas serão gravadas em **áudio e vídeo** que assegure boa qualidade e seu conteúdo **não poderá ser consultado por terceiros**, salvo autorização expressa do candidato detentor do direito de imagem, de acordo com o que dispõe a Lei nº 12.527/2011.

**6.3.2** - A **prova didática**, valendo 100 pontos, de caráter classificatório será avaliada seguindo os seguintes critérios:

<b>TABELA DE PONTUAÇÃO PARA A PROVA DIDÁTICA</b>		
<b>ITEM</b>	<b>CRITÉRIO</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
1	Pertinência temática e abordagem teórico-conceitual	35,0
2	Habilidade didático-pedagógica, expressão oral e domínio aos padrões da língua culta	20,0
3	Capacidade de organização e planejamento	10,0
4	Articulação e clareza de ideias durante a apresentação e arguição	15,0
5	Adequação do tema para a graduação	10,0
6	Adequação da bibliografia utilizada	05,0
7	Tempo de apresentação	05,0
	Total de pontos	100,0

**6.3.3** - Todos os candidatos deverão apresentar domínio dos padrões de língua culta portuguesa, tanto na expressão oral (prova didática), quanto na expressão escrita (prova escrita).

**6.4** - A apreciação de títulos será realizada como etapa posterior à prova escrita e somente apresentarão os títulos os candidatos aprovados na 1ª etapa.

**6.4.1** - Serão atribuídos até 100 pontos para o conjunto das seguintes categorias de documentos: títulos acadêmicos, atividades didáticas e/ou profissionais nos últimos cinco anos, produção científica e/ou artística nos últimos cinco anos.

**6.4.2** - Na valoração dos títulos acadêmicos será considerado **apenas o título de maior grau e não se pontuará a titulação mínima exigida para o cargo, considerado requisito à investidura e não elemento para pontuação e que seja na(s) área(s) do conhecimento definida(s) no item 3 deste edital:**

**6.4.3** - **Da avaliação curricular nos certames com a exigência de Titulação de Doutor:**

a) Na prova de títulos dos certames com o requisito de titulação de doutor será atribuída a seguinte pontuação:

I – Valoração das atividades didáticas e/ou profissionais nos últimos cinco anos no valor máximo de 20 (vinte) pontos;

II – Valoração da produção científica e/ou artística nos últimos cinco anos no valor máximo de 80 (oitenta) pontos;

**6.4.4** - **Da avaliação curricular nos certames com a exigência de Titulação de Mestre:**

a) Na prova de títulos dos certames com o requisito de titulação de mestre, será atribuída a seguinte pontuação, vedada a atribuição de pontuação à titulação exigida como requisito ao cargo:

I – Valoração das atividades didáticas e/ou profissionais nos últimos cinco anos no valor máximo de 20 (vinte) pontos;

II – Valoração da produção científica e/ou artística nos últimos cinco anos no valor máximo de 70 (setenta) pontos;



EDITAL nº. 061/2015

III – Valoração do título de **doutor, 10 (dez) pontos.**

b) Nestes certames distribui-se a pontuação máxima de 300 (trezentos) pontos da seguinte forma:

I – a prova escrita valerá 100 (cem) pontos;

II – a prova didática valerá 100 (cem) pontos;

III – a avaliação curricular valerá 100 (cem) pontos, sendo:

a) 20 (vinte) pontos das atividades didáticas e/ou profissionais;

b) 70 (setenta) pontos da produção científica e/ou artística;

c) **10 (dez) pontos** para o candidato portador do título de **Doutor**.

**6.4.5** - O candidato com maior pontuação nas atividades didáticas e/ou profissionais receberá nota máxima, e a pontuação dos demais candidatos **será calculada proporcionalmente** a essa pontuação.

**6.4.6** - O candidato de maior pontuação na produção científica e/ou artística receberá nota máxima, e a pontuação dos demais candidatos **será calculada proporcionalmente** a essa pontuação.

**6.5.7** - As atividades didáticas e/ou profissionais e da produção científica e/ou artística serão pontuadas conforme tabela(s) a seguir:

<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA</b>	
<b>Títulos em outras áreas do conhecimento.</b>	Doutorado = 8 pontos Mestrado = 4 pontos Mestrado profissional = 2 pontos (três pontos em mestrados nas áreas afins – de acordo com a tabela nacional de conhecimento) Especialização = 1 ponto Limite máximo de 12 pontos
Título de especialista na área do direito (incluindo MBAs na área jurídica)	2 pontos (em caso de defesa pública, com a comprovação da ata de defesa pública) Limite máximo de 2 pontos
Aprovação em concurso público do magistério superior do direito (curso de direito ou disciplina privativa de bacharel em direito). Somente serão aceitas as aprovações em instituições públicas de ensino superior.	1 ponto por aprovação Limite máximo de 2 pontos
<b>ATIVIDADES DIDÁTICAS E/OU PROFISSIONAIS</b>	
Magistério de aulas na graduação (em disciplinas do curso de direito ou disciplinas privativas de bacharéis em direito)	2 pontos por disciplina-semester (limitado ao máximo de 4 pontos ou 2 disciplinas por semestre letivo). Nos casos de disciplinas anuais, computar cada disciplina como valendo 4 pontos (limitado ao máximo de 8 pontos anuais ou 2 disciplinas anuais). Nos demais casos, regimes quadrimestrais ou trimestrais, computar a disciplina na proporção. Não serão computadas disciplinas da mesma matéria, no mesmo semestre, ainda que lecionadas em instituições diferentes. LIMITE MÁXIMO DE PONTUAÇÃO: 8 pontos.



EDITAL nº. 061/2015

Magistério de aulas na Pós-Graduação–mestrado ou doutorado	4 pontos por disciplina-semestre. LIMITE MÁXIMO DE PONTUAÇÃO: 8 pontos.
Magistério de Aulas na especialização ou mestrado profissionalizante	2 pontos por disciplina. LIMITE MÁXIMO DE PONTUAÇÃO: 4 pontos.
Magistério de Aulas em núcleos de prática jurídica ou escritório modelo de advocacia	1 ponto por semestre. LIMITE MÁXIMO DE PONTUAÇÃO: 2 pontos.
Orientação de monografia de conclusão de curso – graduação em direito - ou especialização	1 ponto por aluno . LIMITE MÁXIMO DE PONTUAÇÃO: 8 pontos.
Orientação de dissertação de mestrado	2 pontos por aluno. LIMITE MÁXIMO DE PONTUAÇÃO: 8 pontos.
Orientação de Tese de Doutorado	4 pontos por aluno. LIMITE MÁXIMO DE PONTUAÇÃO: 8 PONTOS.
Orientação de projeto de iniciação científica – na área do direito -, reconhecido por órgão oficial de fomento.	2 pontos por aluno. LIMITE MÁXIMO DE 8 PONTOS.
Monitor – monitoria na área do direito - reconhecida pela instituição	2 pontos por monitoria Limite máximo de 4 pontos.
<b>PRODUÇÃO CIENTÍFICA E/OU ARTÍSTICA</b>	
Publicação de livro didático ou científico na área do direito. Só serão aceitos livros publicados por Editora com Conselho Editorial, comprovados por cópia da folha de rosto do meio de divulgação e das primeiras páginas da publicação.	8 pontos por livro. Limite máximo de 16 pontos.
Publicação como organizador de livro, publicação de capítulo de livro didático ou científico na área do direito. Só serão aceitos livros publicados por Editora com Conselho Editorial, comprovados por cópia da folha de rosto do meio de divulgação e das primeiras páginas da publicação.	4 pontos por capítulo ou por organização. Limite máximo de 8 pontos.
Artigo técnico-científico publicado em periódico indexado, classificado pelo sistema QUALIS/Área do Direito (CAPES).	Estrato A1 = 8 pontos Estrato A2 = 6 pontos Estrato B 1, 2 = 4 pontos Estrato B 3, 4,5 = 2 pontos e Estrato C = 1 ponto Limite máximo de 12 pontos.
Bolsista de iniciação científica com patrocínio de órgãos oficiais de fomento.	4 pontos por atividade Limite máximo de 8 pontos.
Artigo técnico-científico publicado em periódico não indexado, ou de outra área do conhecimento; Trabalho ou resumo publicado em anais de reunião científica; Apresentação de trabalho em reunião científica; revisão técnica de obra, projetos ou pesquisas; todas as formas	1 ponto por artigo-atividade. Limite máximo de 4 pontos.





EDITAL nº. 061/2015

comprovadas por cópia da folha de rosto do meio de divulgação do artigo e da primeira página do material, ou certidão do evento.	
Membro de comissão organizadora de reuniões científicas, ou Conselho editorial, Comprovadas com a declaração do Coordenador da Comissão organizadora ou da IES responsável pelo evento; membro de projeto de extensão, ensino ou pesquisa; Palestras e conferências proferidas, minicursos ministrados, participação em mesas redondas ou em painéis de debate; membro de ação comunitária ou solidária que exija labor jurídico. A participação como membro efetivo, como conferencista, palestrante ou debatedor. Sempre exigida a pertinência com a área do direito.	1 ponto por evento-atividade. Limite máximo de 4 pontos.
Participação como membro titular em bancas de defesas de projetos, estágio supervisionado, monografias, dissertação de mestrado, tese de doutorado, nos casos em que couber	1 ponto por participação. Limite máximo de 4 pontos.

**Observação:** Os trabalhos publicados em coautoria **receberão 50% da pontuação dos trabalhos de autoria exclusiva do candidato.**

**6.5.8** - Somente serão aceitas certidões nas quais constem o início e o término do período declarado.

**6.5.9** - Em caso de obras ou trabalhos publicados, o candidato apresentará exemplar ou cópia.

**6.5.10** - Somente será aceito título de pós-graduação obtido em curso credenciado e reconhecido pela CAPES, se nacional. Os graus obtidos no exterior deverão atender ao disposto nos §§ 2º e 3º, do art. 48, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – e a legislação pertinente e complementar.

**6.5.11** - Serão desconsiderados ou desclassificados os títulos que não preencherem devidamente os requisitos da comprovação.

**6.5.12** - Serão admitidos somente documentos comprobatórios relativos a cada categoria apresentados até a data-limite fixada.

**6.5.13** - Cada título será pontuado uma única vez.

## 7 – DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

**7.1** - Cada examinador dará uma pontuação entre 0 e 100 pontos, por prova de cada candidato, imediatamente depois de sua realização e apreciação.

**7.2** - A nota de cada prova será obtida pela média aritmética da pontuação atribuída pelos examinadores.

**7.3** - A nota da apreciação de título será obtida pela pontuação atribuída pelos examinadores.

**7.4** - A classificação geral dos candidatos far-se-á pela média aritmética das notas obtidas na apreciação de títulos, na prova escrita, na prova didática **nos termos do Artigo 16 do Decreto nº. 6.944 de 21 de agosto de 2009, anexo II.**

**7.5** - Será considerado desclassificado do concurso o candidato que:



---

**EDITAL nº. 061/2015**

---

- a) obtiver pontuação inferior a 70 pontos na prova escrita; ou
- b) obtiver pontuação inferior a 70 pontos na classificação geral.

## **8 - DA COMISSÃO JULGADORA**

**8.1** - O concurso para professor será realizado por Comissão Julgadora constituída por no mínimo três membros, todos com titulação igual ou superior à exigida dos candidatos, sendo no mínimo 01(um) representante da comunidade externa – integrante de outra Instituição de Ensino Superior – e será presidido por docente da UFU.

**8.1.1** – Os professores examinadores e seus respectivos suplentes serão indicados por deliberação do Conselho da Unidade Acadêmica e a divulgação da Portaria de Composição da Comissão Julgadora ocorrerá no *site* oficial da UFU ([www.ufu.br](http://www.ufu.br)) e da respectiva unidade acadêmica ([www.fadir.ufu.br](http://www.fadir.ufu.br)), até **05 (cinco) dias corridos antes da abertura das inscrições**.

**8.2** – São motivos de impedimento de membros da Comissão Julgadora:

I – ter entre os candidatos inscritos parentes consanguíneos, civis ou afins até o terceiro grau;

II – ter entre si vínculos de parentesco por consanguinidade ou afinidade;

III – tenha interesse direto ou indireto no resultado do concurso;

IV - esteja litigando judicial ou administrativamente com o candidato ou respectivo cônjuge ou companheiro.

V – Professores que possuam vínculos acadêmicos ou profissionais ou amizade íntima com os candidatos inscritos, entendendo-se como vínculos acadêmicos as orientações em iniciação científica, TCC, monografia, dissertação de mestrado e tese de doutorado, assim como participação do membro da Comissão em um mesmo grupo de pesquisa ou orientação, ou ainda, que possua trabalhos publicados em coautoria com algum candidato.

**8.3** – Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do membro da Comissão Julgadora, quando:

I - tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos candidatos ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau;

II - alguma das partes for credora ou devedora do membro da comissão, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau;

III - herdeiro presuntivo, donatário, empregado ou inferior hierárquico de algum dos candidatos;

IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o concurso;

V - aconselhar algum dos candidatos acerca do concurso.

**8.4** - O membro da Comissão Julgadora que incorrer em impedimento ou em suspeição deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

**8.4.1** - Poderá ainda o membro da Comissão Julgadora declarar-se suspeito por motivo íntimo.

**8.5** - O impedimento ou a suspeição cessarão com a desistência ou qualquer forma de eliminação, do Concurso, da pessoa que os causou.

**8.6** - A impugnação de membros da Comissão Julgadora será apreciada pelo Diretor da Unidade respectiva, cabendo recurso ao Pró-reitor de Recursos Humanos.

I – O prazo para pedido de impugnação de membro (s) da Comissão Julgadora será 02 dias úteis após o encerramento das inscrições;

II – O prazo para interposição de recurso ao Pró-reitor de Recursos Humanos será de 02 dias úteis após a apreciação do pedido de impugnação pelo Diretor da Unidade respectiva.

**8.7** - A Comissão Julgadora tem a autoridade final na apreciação dos aspectos de conteúdo acadêmico do Concurso.



---

**EDITAL nº. 061/2015**

---

**8.8** - A comissão Julgadora fará 01 (uma) ata para a 1ª etapa e 01 (uma) para a 2ª etapa do concurso, com relato detalhado de todo o desenvolvimento do certame, especialmente sobre a sua realização, com menção, de forma clara e objetiva, dos critérios adotados para correção das provas e atribuição de notas aos candidatos e ao final do concurso a Comissão Julgadora deverá encaminhar as 02 (duas) atas originais à Pró-Reitoria de Recursos Humanos, acompanhada do parecer conclusivo, do espelho de notas e do resultado final do Concurso. Guardar (1) uma ata original das 2 (duas) etapas no processo do concurso na Unidade Acadêmica.

## **9 – DAS VISTAS DE PROVAS E DOS RECURSOS**

**9.1** - Admitir-se-á **recurso para cada etapa do concurso**, para cada candidato, relativamente ao conteúdo das questões e/ou temas, desde que devidamente fundamentado e encaminhado diretamente **ao Reitor**, entregue sob protocolo, e-mail ou enviado pelo correio, com aviso de recebimento ou por Sedex.

**9.2** - Sendo o concurso realizado em 02 (duas) etapas, serão publicados os **resultados ao final de cada uma delas**.

a) **Na 1ª etapa, a Unidade Acadêmica divulgará o resultado**, informando-se a nota obtida por cada candidato e oportunizando a partir de então, mediante solicitação por escrito, da vista das provas e dos respectivos espelhos de avaliação, ao Diretor da Unidade Acadêmica, e/ou interposição de recurso ao Reitor.

b) **Na 2ª etapa, a PROREH divulgará o resultado final após a publicação no DOU**, informando-se a nota obtida por cada candidato e oportunizando a partir de então, mediante solicitação por escrito, da vista das provas e dos respectivos espelhos de avaliação, ao Diretor da Unidade Acadêmica, e/ou interposição de recurso ao Reitor.

**9.3** - Não será permitido ao candidato conhecer o conteúdo ou a pontuação individual obtida pelos demais candidatos. **Os candidatos não terão acesso às provas escritas, didáticas, gravações ou ao espelho individual de outros candidatos, garantindo-se o acesso somente aos documentos que contenham informações de caráter público e geral e resultados consolidados.** As provas serão gravadas em **áudio e vídeo** que assegure boa qualidade e seu conteúdo **não poderá ser consultado por terceiros**, salvo autorização expressa do candidato detentor do direito de imagem, de acordo com o que dispõe a Lei nº 12.527/2011.

**9.4** - O recurso somente será admitido se interposto no prazo máximo de dois dias úteis subsequentes a divulgação do resultado.

**9.5** - A **vista de prova** e da pontuação individual, **ao Diretor da Unidade acadêmica, e/ou o recurso, ao Reitor**, poderão ser promovidos e efetivados pelo candidato ou por seu procurador legalmente constituído.

**9.6** - O conteúdo dos julgamentos de recursos apresentados quanto às provas ou ao resultado final do concurso estará à disposição dos candidatos ou de seus procuradores legalmente constituídos na respectiva Unidade Acadêmica.

**9.7** - Os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de terem os mesmos recorrido.

## **10 - REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO**

**10.1** – O candidato aprovado dentro do número de vagas ofertadas neste Edital tem direito a nomeação, observados os prazos e procedimentos constantes da legislação pertinente, a rigorosa ordem de classificação e o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos.

**10.2** – O candidato aprovado no concurso de que trata este Edital será investido no cargo, se atender às seguintes exigências:



---

**EDITAL nº. 061/2015**

---

- a) ter nacionalidade brasileira. No caso de ter nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo de direitos políticos. Se estrangeiro, ser portador de visto permanente;
- b) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- c) estar em dia com os deveres do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
- d) ser portador do titulação mínima exigida obtida em curso credenciado e reconhecido nos termos da legislação pertinente, indispensável à investidura no cargo de professor;
- e) **nos termos do Art.48 da Lei 9.394 de 20/12/96, os diplomas expedidos por universidades estrangeiras deverão, no caso de graduação, serem revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, e nas hipóteses de Mestrado e de Doutorado, serem reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.**
- f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada perante a Junta Médica da UFU;
- g) não estar suspenso do exercício profissional, nem cumprindo outra penalidade disciplinar.

**10.3** – Será exigido do candidato a apresentação de documentos suficientes a comprovação do cumprimento das exigências supramencionadas, especialmente:

- a) Cópia da Cédula de Identidade ou outra prova de ser brasileiro nato ou naturalizado. No caso de estrangeiros, cópia do passaporte com comprovante ou protocolo do requerimento do visto de permanência no país;
- b) Cópia do Título de Eleitor (para brasileiros natos ou naturalizados);
- c) Prova de quitação com a justiça eleitoral e com o serviço militar, quando couber (para brasileiros natos ou naturalizados);
- d) Cópia da documentação comprobatória da qualificação mínima exigida para o Concurso.
- e) outros documentos que se fizerem necessários.

## **11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1** - O prazo de validade do presente Concurso Público de Provas e Títulos será de 01 (um) ano, a contar da data de publicação da homologação, prorrogável por igual período, no interesse da Universidade Federal de Uberlândia.

**11.2** - Será excluído do concurso o candidato que:

- I - fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- II – valendo-se da condição de servidor público, utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter a aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso público;
- III – agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da Comissão Julgadora;
- IV – durante a realização da prova for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio fraudulento, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- V – identificar-se na prova escrita, mediante a menção de seu nome ou de qualquer outra forma;
- VI – não atender as determinações regulamentares da Universidade.

**12** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos só se iniciam e vencem em dia de expediente na Universidade. Os prazos que vencerem em dias de sábado, domingo ou feriado, serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.



---

**EDITAL nº. 061/2015**

---

**13** - Ainda que não haja recurso, pode o Reitor avocar toda a documentação do concurso, anulando-o se necessário, caso tenha ciência do cometimento de alguma irregularidade no seu processamento ou no seu resultado.

**14** - A Pró-Reitoria de Recursos Humanos abrirá processo administrativo para documentar todos os fatos e os atos referentes ao presente concurso.

**14.1** - Em nenhuma hipótese serão restituídas aos candidatos cópias de documentos, que integram obrigatoriamente o processo administrativo supramencionado.

**15** - A Universidade Federal de Uberlândia poderá, a seu exclusivo critério e obedecendo às normas legais pertinentes, admitir candidatos homologados em Concursos Públicos e não nomeados, de outras Instituições Federais de Ensino, bem como ceder a essas Instituições candidatos homologados e não nomeados, nos termos deste edital.

**16** - O resultado final do concurso será homologado pelo Reitor e publicado no Diário Oficial da União.

**17** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor.

Uberlândia, 01 de setembro de 2015.

**Luiz Bertolucci Júnior**